

No ar, a desconfiança de que é preciso recomeçar

LUIZ CARLOS LISBOA

Diz Tácito, nos seus Anais, que as leis profusas, conflitantes e excessivamente minuciosas são típicas de um estado corrompido. Maquiavel lembra, por sua vez, que nenhuma legislação deve inspirar-se em situações passadas, mas antecipar o futuro. Cícero, finalmente, repete que o homem é escravo da lei para poder ser livre. Toda essa gente ilustre está fazendo restrições, de um modo ou de outro, ao modelo de Carta ora elaborado em Brasília pela Assembléia Nacional Constituinte. O Centrão e os aliados do governo começaram a discutir na semana que acaba a possibilidade de alterar, novamente, o regimento interno da Constituinte para permitir a apresentação de emendas modificativas e aditivas, e não apenas supressivas, no segundo turno. A confusão, as contradições e o excesso de minúcias estão fazendo da futura lei magna brasileira uma colcha de retalhos legislativa, como não se conhece outra em parte alguma do mundo.

O governo promete uma economia de guerra para depois da votação do mandato presidencial, por volta de junho, principalmente porque se recusa começar a governar sem que esse detalhe esteja assentado. Tudo indica que o presidente da República não tem cabeça para cuidar de outra coisa, antes da decisão sobre o tamanho do mandato, e "a certeza de que não será humilhado perante o mundo", com uma redução do seu tempo no poder, maior do que aquela que ele próprio se concedeu, renunciando um ano dos seis que lhe cabiam por lei. Se a Carta vai mal, o Executivo vai um pouco pior porque está atrelado psicologicamente às suas decisões e vê fluir o mandato presidencial sem que comece a governar. O futuro poderá dizer que este foi um governo que apenas se preparou, entre a posse e a transmissão do cargo ao sucessor. Assim, a economia de guerra e as medidas para sanear a situação econômica do País dependem de uma Constituinte que está tomando decisões desencontradas, fazendo acordos contraditórios, conciliando o inconciliável e principalmente apalpando no escuro, em busca de sentido e coerência num conjunto que aparentemente já se perdeu de vez.

A discriminação contra o capital estrangeiro inserida no projeto da Carta é difícil de ser discutida numa cultura que cultivou um obscuro e supersticioso nacionalismo, durante longos anos. A racionalidade foi banida de vez em alguns meios que espalham nos mais variados segmentos da sociedade. Não são apenas esquerdistas que repetem as velhas teses e alertam contra os norte-americanos, com a omissão santificadora dos soviéticos e seus interesses políticos: há nacionalistas do tipo embolorado nas Forças Armadas, nas classes produtoras e na classe média. Ninguém rediscute o problema, apenas atua em função de conclusões prontas e de uma argumentação produ-

zida na década de 50. Na Constituinte, eles estão representados, e, ainda que não sejam muitos, são absolutamente eficazes graças ao drive do ressentimento e do patriotismo mal canalizado. Por tudo isso, e porque os constituintes são geralmente desinformados — aprendendo sobre o que estão votando no momento exato da votação, trocando opiniões nervosas e seguindo os companheiros que lhes parecem confiáveis —, a futura Constituição está adquirindo traços daquele personagem que imortalizou a escritora Mary Shelley, e que Boris Karloff interpretou tão bem no cinema. Se, com pedaços de homens não se conseguiu fazer senão um monstro, com pedaços de idéias não se vai fazer nada muito melhor no campo constitucional.

A aprovação da "lei de usura" foi a prova que faltava de que os constituintes estão votando de ouvido. Distribuição bônus, à direita e à esquerda, de modo a evitar que se diga depois que essa é uma Carta reacionária, que protege apenas os patrões ou que manteve ignomínias, ou ainda que por qualquer motivo não merece ser respeitada. Como os legisladores querem que sua obra tenha vida longa, pretendem contentar os três grupos que dividem a opinião dos constituintes, a saber: a esquerda de sempre (dividida entre os que querem fazer do Brasil uma imensa Albânia e os que preferem fazer uma imensa Cuba), os que acreditam que é preciso permitir o florescimento de uma sociedade de mercado no País (nos moldes da Espanha, da Itália, de Hongcong, da Coreia do Sul e outros) e os indiferentes habituais, que acham Brasília uma chateação e o quórum na Assembléia Constituinte uma maçada dos diabos. E essa turma toda reunida vota a "lei de usura", na semana passada, num happening que escandalizou as pessoas informadas, pelo sentido de revelação que trouxe embutido em sua aparente simplicidade. A antiga piada da autoridade que mandou revogar a lei da oferta e procura transformou-se em realidade, para desconforto dos brasileiros em geral, diante dos olhos do mundo.

Então é isso a Assembléia Nacional Constituinte — estão desabrindo milhões de cidadãos, agora que ficou mais clara a votação da última quarta-feira. O assunto era incabível numa Constituição, e os grandes prejudicados pela iniciativa cômico-trágica serão os Estados e municípios, que ficarão sem crédito no sistema financeiro internacional. E agora, como recuar desse grande equívoco sem mudar de novo o regimento interno da Constituinte? Tácito, Maquiavel e Cícero teriam talvez a fórmula: recomeçar tudo, antes que a tragédia substitua a comédia. Outros, mas desalentados, dirão talvez que é preciso retomar o fio da meada, de fato, mas não a partir da convocação de uma Constituinte, porém do começo mesmo, de Pedro Álvares Cabral antes do desembarque, com terra a vista e o monte Pascoal pela proa.